

POLÍTICA SALARIAL E CARREIRA DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA EM MINAS GERAIS E NO BRASIL (2003 - 2026)

EIXO 8 – Novos modos de regulação, tendências em construção e trabalho docente na educação profissional tecnológica

Savana Diniz Gomes Melo - UFMG - sdgmufmg2@gmail.com
José Ângelo Garíglio – UFMG - garíglioja@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa em andamento teve início em 2025, dá continuidade a estudos sobre a educação superior desenvolvidos no âmbito de grupos de pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, especialmente do Grupo de Pesquisa sobre Universidade e Educação Superior (UNIVERSITÁTIS)[1] e se vincula ao Projeto de pesquisa Políticas, Gestão e Direito à Educação Superior: novos modos de regulação e tendências em construção no Brasil em crise, coordenado pela Rede Universitas/Br[2].

Parte-se da constatação de existência de grande diferenciação salarial e de carreira entre os professores das universidades no país, o que requer estudos aprofundados. O pressuposto é de que a educação superior pública no Brasil vem passando por profundas mudanças nas últimas décadas (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009), expressas por estrangulamento orçamentário, gestão empresarial, currículos enxutos e flexíveis, metodologias de ensino pragmáticas e com recurso à TICs, precarização das condições gerais de ensino e de trabalho envolvendo intensificação, aumento de controle, rebaixamento da remuneração e desconstrução da carreira docente, segmentação e diferenciação das categorias de trabalhadores, entre outras. (VALE; MELO; SOUSA, 2022; MELO e ROCHA, 2024).

Considera-se que essas transformações se inserem em um contexto mundial de financeirização do capital, entendida como um processo por meio do qual a economia se torna cada vez mais dependente de atividades financeiras, como especulação, negociação de títulos e derivativos, em lugar de investir em atividades produtivas. Ademais, trata-se de um contexto de profunda crise do capital que busca recuperar suas taxas de lucro, fundamentalmente por meio da superexploração dos trabalhadores, do redirecionamento do fundo público aos capitais e a privatização de setores sociais, como educação, saúde e previdência social. Como consequência, se tornam ainda mais duras as condições de vida dos trabalhadores. Todo esse contexto possui repercussão direta em muitos setores da sociedade, inclusive a educação superior. (MONTE, 2015; ROCHA, 2022; ROCHA; MELO; SILVA, 2022; MEIRELLES; MELO; FIGUEIREDO, 2024).

---

[1] O UNIVERSITÁTIS/FaE/UFMG é um Grupo de Pesquisa-Ação cadastrado no Diretório Acadêmico do CNPq em 2015 e possui como objetos de estudo a universidade e as políticas para a educação superior. Propõe-se a desenvolver atividades tanto de caráter acadêmico, como também de intervenção na realidade social e política que envolva a Universidade. Cf. em: https://universitatis.fae.ufmg.br/

[2] Cf. em http://www.redeuniversitas.com.br/



Por esse conjunto de pressupostos, o objetivo geral do estudo analisar as políticas educacionais com recorte sobre a valorização do magistério superior público no Brasil, no período de 2003 a 2026, em seus pilares carreira e remuneração. Os objetivos específicos são: Identificar e analisar as diferentes mudanças ocorridas na remuneração e na carreira dos docentes das universidades estudadas, suas origens e motivações; identificar e analisar as implicações dessas políticas sobre a valorização do magistério, em seus pilares, carreira e remuneração; identificar e analisar as proposições, reivindicações e ações dos docentes e das suas organizações sindicais frente às mudanças na carreira e na remuneração docente nas universidades pesquisadas.

O tema é insuficientemente tratado na literatura da área, conforme evidenciado no estado da arte inicial da pesquisa.

2. METODOLOGIA

O estudo possui caráter qualitativo e abordagem crítico-dialética amparada na teoria social de Karl Marx e considera o contexto e a perspectiva histórica que abarca o tema em análise. A teoria social de Karl Marx desvenda o trabalho na forma de sociedade capitalista bem como seus fundamentos, contradições e mazelas. Para a análise do capitalismo em sua fase atual e seus requerimentos ao trabalho em geral e o dos servidores públicos, em particular, incluindo o do trabalhador docente desenvolvido no âmbito das universidades públicas brasileiras, o estudo fundamenta-se também em autores contemporâneos do campo marxista. Os servidores públicos são concebidos como trabalhadores assalariados empregados pelo Estado. A fonte de seus salários reside nos impostos que correspondem a uma parte dos rendimentos (salários, lucros e renda da terra) apropriada pelo Estado. Embora esses trabalhadores sejam localizados fora da esfera da produção encontram-se no interior do capitalismo, que em seu estágio atual amplia seu campo de atuação sobre os setores públicos, privatizando-o e proletarizando cada vez mais o trabalho no setor. As especificidades e o acesso a materialidades diferenciadas que esses trabalhadores possam apresentar, tais como estabilidade e plano de carreira, vem sendo diluídas em um processo geral de rebaixamento que acomete a classe trabalhadora, em seu conjunto.

Segundo a teoria social de Karl Marx, no capitalismo, foi conferida ao trabalho a forma de assalariamento que é a troca da capacidade humana de transformação sobre a matéria por um valor econômico atribuído àquela ação. Essa troca foi interpretada, por Karl Marx, como a venda da força de trabalho e confrontada por ele a uma mercadoria, assim como outros bens materiais.

A busca por ampliar formas de exploração do trabalho e de valorização do capital é constante, mas se aprofunda em contextos de crise como a atravessada no presente. O Estado também, como empregador, busca obter o máximo possível de trabalho pelo mínimo de dinheiro pago aos trabalhadores, na forma de salário. Sendo assim, a tendência geral da produção capitalista é reduzir o padrão médio do salário. Para tanto, diversos mecanismos são criados pelo Estado/governos para reduzir e hierarquizar a remuneração dos trabalhos tanto nas empresas como em seu campo de atuação.

A teoria social de Karl Marx auxilia na análise do processo de reformas do setor público, das reformas trabalhistas e previdenciárias empreendidas, entre outras, e das implicações sobre o trabalho, a remuneração, a carreira e a vida dos trabalhadores docentes das universidades públicas, que é o tema em questão. Posto isso, o presente estudo possui como universo universidades federais, estaduais e municipais de cinco regiões, abrangendo os Estados de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, de Pará e de Santa Catarina. Para cumprir seus objetivos, a pesquisa apresenta três etapas: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; pesquisa de campo e encontra-se na primeira etapa, enquanto aguarda aprovação de financiamento para a sua execução plena.



Espera-se que o conjunto de dados coletados revele particularidades e semelhanças nas universidades pesquisadas e perspectivas dos sujeitos envolvidos - formuladores de política, dirigentes sindicais e docentes - acerca da política salarial, remuneração e carreira na Educação Superior e suas implicações sobre o trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como referido, trata-se de um estudo em fase inicial, que aguarda financiamento de propostas apresentadas ao CNPq e Fapemig, em chamadas de 2025, cujos resultados ainda serão divulgados. Todavia, a primeira etapa do estudo já está em curso e aponta avanço do projeto neoliberal para a educação superior que prevê a privatização das universidades públicas, com agravamento ainda maior das condições gerais de trabalho e de vida dos trabalhadores.

4. CONCLUSÕES

A expectativa é de que a pesquisa possa contribuir para o avanço do conhecimento científico no campo das políticas para a educação superior no Brasil, período estudado, sobretudo, no tocante a valorização do magistério superior público em seus pilares remuneração e carreira. Que ela possa vir a se constituir como um instrumento de autoconhecimento com potencial para a indução de tomada de decisões que resultem em melhoria das políticas e práticas nas universidades e nas organizações sindicais dos professores.

REFERÊNCIAS

Marx, Karl: **O Capital, Crítica da Economia Política**. Livro I, Seção IV a VI. 2. Rd. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, Savana Diniz Gomes; ROCHA, Francilene Macedo. **Remuneração Docente na Educação Básica e na Educação Superior Pública em Quatro Estados Brasileiros**: Acre, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro (2000 a 2018). Belo Horizonte, 2024. 79 p. (Relatório de Pesquisa).

DOSSIÊ. Revisitando mobilizações: dez anos da greve dos docentes federais e seus desdobramentos (2012-2022). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 23 n. 52, 2022.

MEIRELLES, C. M.; MELO, S. D. G.; FIGUEIREDO, J. C. O trabalho nas Instituições de Educação Superior: uma análise a partir da greve unificada da educação federal de 2024. **Revista Cocar**, v. 1, p. 1-24, 2024.

MONTE, E. D. **Políticas públicas de carreira docente nas universidades federais**. 2015. 281 f. Tese - UFPA, ICA, Belém, 2015.

ROCHA, F. M. **Da invenção à destituição da carreira do professor federal**: a vulnerabilidade do trabalho docente na universidade mercantil. 2022. 258f. Tese – UFMG, FaE, Belo Horizonte, 2022.

ROCHA, F. M.; MELO, S. D. G; SILVA, R. C. D. (Des)estruturação da carreira docente nas universidades federais. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas/EPAA**, v. 30, p. 1-21, 2022.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais**: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

VALE, A. A. do; MELO, S. D. G; SOUSA, J. de F. A. A reorganização do trabalho docente na Educação Superior no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, p. 01-19, 2022.